

MEMÓRIAS DE UM PROFESSOR:
A INSTIGANTE HISTÓRIA DE VIDA
DO PROFESSOR FREDERICO MICHAELSEN -
DE IMIGRANTE CONTRATADO COMO
SOLDADO MERCENÁRIO NA GUERRA CONTRA
ROSAS EM 1851 (ARGENTINA) A PROFESSOR
PRIMÁRIO EM COLÔNIA ALEMÃ
DO RIO GRANDE DO SUL

Luiz Alberto de Souza Marques

Resumo

O presente estudo apresenta a história de vida do Professor Frederico Michaelsen, personagem marcante na história da educação do município de Nova Petrópolis - RS. O eixo principal do texto consiste numa carta endereçada pelo professor ao jornal *Deutsche Zeitung* de Porto Alegre, em junho de 1889, em que relata a difícil, e não menos curiosa, trajetória de um professor nos primeiros anos da nova colônia, a partir de sua dispensa do exército brasileiro e do batalhão de artilharia contratado na Alemanha e conhecido como soldados Brummer. A pesquisa não se atém somente aos dados biográficos do professor Frederico, mas procura contextualizar, em sua singular trajetória, as condições da sua vinda para o Brasil, a Guerra contra o ditador Rosas (Argentina), a permanência no Rio Grande do Sul, a vida na nova colônia e o exercício do magistério, entre outras atividades comunitárias que tecem essa instigante e curiosa história de vida. A abordagem adotada para a montagem do trabalho foi a de abertura do texto da carta e, nele, a inserção dos diferentes episódios, acompanhando a narrativa de Frederico Michaelsen.

Palavras-chave: História de vida; memória; educação; história da educação.

A TEACHER'S MEMORIES: THE FASCINATING HISTORY OF PROFESSOR FREDERICO MICHAELSEN – FROM AN IMMIGRANT AND MERCENARY SOLDIER ENGAGED IN THE WAR AGAINST ROSAS (ARGENTINA), IN 1851, TO A PRIMARY TEACHER IN A GERMAN COLONY OF RIO GRANDE DO SUL

Abstract

This paper presents the history of Professor Frederick Michaelsen's life, a striking character in the history of education of Nova Petropolis, Rio Grande do Sul. The main axis of the text is a letter by the professor to the *Deutsche Zeitung* newspaper in Porto Alegre, in June 1889, which reported the difficult, but rather curious story of a professor in the early years of the new colony, starting from his discharge of the Brazilian army and of the German artillery battalion, where he had been contracted as a Bummer soldier. The research is not limited to the biographical data of Professor Frederick, but seeks to contextualize the conditions of his coming to Brazil, the war against dictator Rosas (Argentina), the way of life in the new colony and his teaching practice in Rio Grande do Sul, among other community activities that draw this curious and fascinating life story. The text frame is based on an opening letter followed by different episodes narrated by Frederick Michaelsen.

Keywords: Life story; memory; education; education history.

MEMORIAS DE UN PROFESOR: LA INSTIGANTE HISTORIA DE VIDA DEL PROFESOR FREDERICO MICHAELSEN - DE INMIGRANTE CONTRATADO COMO SOLDADO MERCENARIO EN LA GUERRA CONTRA ROSAS EM 1851 (ARGENTINA) A MAESTRO PRIMARIO EN UNA COLONIA ALEMANA DE RIO GRANDE DO SUL

Resúmen

Este estudio presenta la historia de vida del Profesor Frederico Michaelsen, personaje importante de la historia de la educación del municipio de Nova Petrópolis - RS. El eje principal del texto consiste en una carta enviada por él al diario *Deutsche Zeitung* de Porto Alegre, en junio de 1889, en donde relata la difícil, y no menos curiosa, trayectoria de un profesor en los primeros años de la nueva colonia, a partir de su dispensa del ejército brasileño y del batallón de artillería contratado en Alemania y conocido como soldados Brummer. La pesquisa no se atiende tan sólo a sus datos biográficos, sino que busca contextualizar, en su singular trayectoria, las condiciones de su llegada a Brasil, la Guerra contra el dictador Rosas (Argentina), la estadía en Rio Grande do Sul, la vida en la

nueva colonia y el ejercicio del magisterio, entre otras actividades comunitarias que tejen su interesante y curiosa historia de vida. Para montar el trabajo se abrió el texto de la carta y, en él, se insirieron los diversos episodios, acompañando la narrativa de Frederico Michaelsen.

Palabras-clave: Historia de vida; memoria; educación; historia de la educación.

LES MÉMOIRES D'UN PROFESSEUR: LA FASCINANTE HISTOIRE DE VIE DU PROFESSEUR FREDERICO MICHAELSEN – D'IMMIGRANT ENGAGÉ COMME SOLDAT MERCENAIRE DANS LA GUERRE CONTRE ROSAS EN 1851 (ARGENTINE) À INSTITUTEUR DANS UNE COLONIE ALLEMANDE AU RIO GRANDE DO SUL

Resumé

Ce travail présente l'histoire de vie du Professeur Frederico Michaelsen, un personnage remarquable dans l'histoire de l'éducation de la ville de Nova Petrópolis – RS. L'axe principal du texte est une lettre que ce professeur a adressée au journal *Deutsche Zeitung* de Porto Alegre, en juin 1889, dans laquelle il raconte le parcours difficile et curieux d'un professeur dans les premières années de la nouvelle colonie, à partir de sa dispense de l'armée brésilienne et du bataillon d'artillerie embauché en Allemagne connu comme *les soldats Brummer*. La recherche ne se borne pas seulement aux données biographiques du professeur Michaelsen, mais elle cherche à contextualiser, dans sa trajectoire singulière, les conditions de son départ pour le Brésil, la guerre contre le dictateur Rosas (Argentine), sa vie au Rio Grande do Sul, dans la nouvelle colonie, l'exercice de l'enseignement parmi d'autres activités communautaires qui tissent cette vie fascinante et curieuse. Le travail s'organise à partir de l'ouverture du texte de la lettre et de l'insertion sur lui des épisodes divers, tout en accompagnant le récit de Frederico Michaelsen.

Mots-clés: Histoire de vie; mémoire; éducation; histoire de l'éducation.

“Landesknecht! Mercenário para servir o Brasil? Brummer! É vergonhoso e digno de pena ver-se como mercenário de uma nação estranha. Mas quando se segue com espírito humilde o enrodilhado destino que levou a cada qual a encetar tal caminho, então se aprende a julgar o seu fazer e agir. Leviandade, gosto de aventura, desconhecimento, apertos e outros acontecimentos empurram a uns tantos passos dos quais a gente se arrepende mais tarde.

Não era meu desejo vender-me como mercenário de guerra, quando em 1851 cheguei a Hamburgo. Mas os “prementes acontecimentos” foi que me fizeram deixar cair nas mãos de um grupo de alegres irmãos, que se haviam engajado.

E assim me deixei embrulhar e segui também para o Brasil”.

Lenz (1997, p. 15)

O professor ou o personagem

Segundo pesquisa genealógica conduzida por Ido Michaelsen (1995, p. 23), trineto, “Frederico Michaelsen, nasceu na cidade de Hamburgo, na Alemanha, em 19 de fevereiro de 1829, filho de Rebeca Michaelsen, supostamente abandonado nas escadarias da igreja de St. Michaelis e também supostamente criado por um tal de Sr. Hildebrand e batizado em 4 de março do mesmo ano, nessa mesma igreja”. O nascimento e a paternidade deixam alguns pontos não efetivamente esclarecidos, apesar das evidências coletadas por Ido em sua viagem à Alemanha, visando incrementar sua busca pelas origens da família Michaelsen. Em outra versão, Frederico é filho de Gottlieb Michaelsen, casado com Emillie Hillebrand.

Na Europa, Michaelsen lutou como membro do exército alemão na guerra contra a Dinamarca (mesmo sendo ele descendente de dinamarqueses), batalhão esse formado em 1848 e

dissolvido em 1851, com o término da referida contenda. Recrutado para servir como soldado no exército brasileiro na Guerra contra o ditador Rosas, chega o Brasil nesse mesmo ano.

Após o fim da guerra Brasil/Argentina/Uruguai, permanece no Brasil e fixa residência primeiramente em Campo Bom/RS, onde se casou com Joana Philipine Mertins, também de origem alemã, natural da mesma cidade, em 13 de abril de 1853. Desse casamento nasceram 10 filhos. Esses laços matrimoniais dissolveram-se somente com o falecimento de Philipine em 1887. Casou-se novamente em 1889 com Anna Twassog, da cidade de Ijuí/RS. Frederico Michaelsen faleceu em 21 de janeiro de 1902, com 73 anos.

A Carta

Conforme reportagem extraída da “Deutsche Zeitung”, Edição n° 52, de 01/07/1898, jornal editado por Von Koseritz, transcrita pelo professor Renato U. Seibt e publicada no jornal A Ponte, de Nova Petrópolis, em novembro de 1987, temos um único testemunho escrito, legado por Frederico Michaelsen em uma humorada crônica de seu cotidiano como professor na recém instalada colônia de Nova Petrópolis.

DIRETRIZES PARA OS JOVENS QUE DESEJAREM SEGUIR A CARREIRA DO MAGISTÉRIO NA FALTA DE OUTRAS OCUPAÇÕES

“Em vista das interessantes narrativas do velho camarada Pilke, a respeito de sua vida movimentada como professor e alto funcionário da Justiça e finalmente como aposentado, quero esforçar-me a apresentar aos leitores algo de minha vida e das minhas experiências no cargo de professor.

Mesmo que da minha escola não tivessem saído grandes espíritos, como daquela de Pilke, mas posso demonstrar

que tive a honra de ter comerciantes, presidente de câmaras de vereadores, oficiais de todas as armas e mais um respeitável público entre os meus alunos. Devo acrescentar ainda que até um médico e profeta saiu de minha escola...

Quando terminou a guerra contra o ditador Rosas, fomos dispensados do exército, mesmo sem grandes despedidas, sem as quais também passamos..."

Os Brummers

Alberto Schmid, jornalista alemão que esteve no Brasil entre 1908 e 1911, produziu um texto sobre os 60 anos da chegada da Legião Alemã ao RS que foi editado no jornal *Deutsches Volksblatt*, em 1911 (1997, p. 11). Essa mesma legião, que mais tarde passou a ser denominada Brummer¹, começou a se constituir a partir da formação do exército que viria para auxiliar os brasileiros contra o ditador Rosas. Para tal, o Imperador D. Pedro II enviou para a Europa o Ten. Cel. Sebastião do Rego Barros com a incumbência de contratar soldados. Na Alemanha, encontrou homens que compunham o exército de Schleswig-Holstein², que já era formado por voluntários, e dissolvido em 1851. Essa nova legião começou a ser formada em 1851 e totalizou 1.800 soldados, entre eles 50 oficiais.

Flores (1997, p. 8), ao prefaciar o livro *Memórias de Brummer*, cita que "os legionários ficaram na maior parte como força de reserva. Dos 1.800 homens apenas 80 artilheiros sob o

¹ Brummer é um termo com diversas versões. A mais recorrente é a de que relaciona a palavra *brummer* com a as grandes moedas de cobre de 40 réis que recebiam os mercenários no Brasil.

² Exército de Schleswig-Holstein, conforme Schäfer, (1997, p. 51) foi montado pelo ducado de Schleswig e do condado de Holstein para a defesa do primeiro na tentativa de ser anexado pela Dinamarca, em 1848, e dissolvido em janeiro de 1851.

comando prussiano e uma centena de sapadores³, incorporados ao exército nacional, lutaram em Monte Caseros, onde se derrotou o ditador Rosas, combatendo valentemente, abrindo forças inimigas.”

Nas obras consultadas, não há nenhuma referência a que Frederico Michaelsen tenha lutado ao lado dos oitenta soldados da artilharia na batalha final, embora estivesse alistado para aquele batalhão.

O contrato

Ao ingressar no batalhão, o soldado recebia 25 táleres⁴ da moeda pátria. O deslocamento para o Brasil era por conta do contratante. Ao término de quatro anos de serviço militar (período de validade do contrato) cada soldado poderia receber 22.500 braças⁵ quadradas de terras coloniais ou viagem de retorno gratuita a qualquer porto Europeu em caso de optar pelo regresso. Outra forma de pagamento seria receber 80\$000 em ouro.

Flores (1997, p. 8), ao fazer referência às condições com que se deparavam os soldados Brummer no período contratual após o final da guerra, registra:

Desarmados e carentes de treino militar, mal alimentados, com veste rota e sem calçados, numa flagrante falta de planejamento por parte de quem os contratou, segundo Lenz, a metade desertou - com a conivência das autoridades brasileiras, que assim se desobrigavam do pagamento de cláusula contratual; a

³ Cfe. Aurélio, sapador = Soldado ou outro indivíduo que executa trabalhos de sapa - abertura de fossos, trincheiras e galerias subterrâneas.

⁴ Antiga moeda alemã de prata, cfe. Aurélio.

⁵ Cfe. Lenz (1997, p. 38), a braça equivale a 22 cm; assim as 22.500 braças quadradas equivaleriam a 49.500 metros quadrados aproximadamente, 4,9ha, lote rural que os imigrantes recebiam na época.

quarta parte morreu de frio, subnutrição e doenças decorrentes de carência alimentar ou cardápio inadequado. Apenas cerca de 450 aguardaram engajados o término do prazo contratual. Aos que permaneceram no Brasil, somou-se um número incerto de legionários deserdados do Uruguai e que retornaram para o Rio Grande do Sul no pós-guerra.

Essas condições de miséria e abandono também estão presentes nos textos dos demais Brummers que relataram suas memórias.

Ainda conforme as memórias de Schmidt (1997, p. 13) “dentre os nomes de soldados e oficiais aparecem não poucos que mais tarde podem ser encontrados na história do Rio Grande do Sul”. Entre os citados, encontra-se o nome de Michaelsen.

A viagem

Em sua pesquisa, Michaelsen (1995, p. 36) constata que “Frederico Michaelsen foi o primeiro, de sobrenome Michaelsen, a pisar em solo brasileiro, e isto aconteceu em 24 de maio de 1851, na cidade do Rio de Janeiro. O embarque na Alemanha aconteceu em 7 de abril, na cidade de Hamburgo, viajando sob o comando do Comandante Henrichesen no navio Hamburg.”

Nesse ponto, os relatos posteriores evidenciam que os dados nem sempre coincidem no tocante ao embarque para o Brasil. De acordo com as evidências nos textos de Lenz e Schnack (1997), Michaelsen embarcou no veleiro Heinrich, no porto de Hamburgo, em 22.6.1851, sob o comando do Capitão Boyen. Neste mesmo veleiro viajaram os soldados que compunham a 4ª bateria do Regimento de Artilharia, num total de 156 soldados, chegando ao porto do Rio de Janeiro em 24 de agosto de 1851.

Lenz (1997, p. 97) relata em suas memórias: “Pouco sei do posterior destino de meus camaradas, porque eu e mais três companheiros recebemos terras em plena selva, onde tive poucas

relações com o mundo exterior. Só mais tarde fiquei sabendo do destino de alguns. Vários dos oficiais abraçaram o ofício de agrimensor: Hennig, Brinkmann, Mützel, Schlimmerpfennig, Gärtner e Wedelstedt. Outros oficiais assim como subtenentes e cabos, dedicaram-se ao magistério: Meyer, Röhe, Michaelsen, Anderson.” Na nominata de Brummer que, conforme Sch (1997), foram surgindo ao longo das traduções e outras informações posteriores, Michaelsen, Hennig, Brinkmann, Mützel, Wedelstedt, Schnack, Gärtner e Lenz viajaram no veleiro Heirich.

Os termos empregados “meus antigos camaradas” permitem deduzir que o grupo esteve junto tanto na viagem como na composição do batalhão, o qual, conforme o autor, se compunha de 400-500 homens no total. Ainda, nas memórias de Lenz, “os homens de nossa bateria formavam um mapa demográfico multiétnico, com gente de todos os cantos e recantos de nossa então ainda não unificada pátria. Velhos e jovens, brutos, grosseiros e mal educados, mas também polidos e com fina educação. A maioria já conhecia a vida de soldado por experiência própria”.

A guerra

Em suas memórias, Lenz (1997, p. 20) relata que:

Dez ou 12 dias após a nossa chegada no Rio de Janeiro, fomos trazidos a bordo de um vaso de guerra brasileiro, e seguimos para o Rio Grande do Sul. Com o que teve início uma vida miserável. Dez dias como arenques impressados na cobertura, praticamente impossível de se deitar por causa da sujeira e da umidade. Comida também miserável de charque mal preparado e feijão preto. Quando à noite não se era enganado pelos homens do navio, podia se falar de sorte. Em Desterro, onde paramos por algumas horas, vieram até o navio botes com ovos e frutas que naturalmente logo acabavam.

Ainda no relato de Lenz, ao chegarem a Pelotas/RS, foram alojados de forma rude e sem as mínimas condições de abrigo. Diz o autor (*ibidem*, p. 12):

A 1ª e 2ª baterias de nosso Regimento estavam acampadas em grandes alojamentos perto da praia; a 3ª e 4ª (a bateria de Michelsen – grifo meu), em casas de moradia em local afastado da cidade. Para melhor aproveitar o acanhado espaço, os homens dormiam em beliches. Colchões não havia, de sorte que tivemos que deitar sobre a tábua crua. Quem podia, comprava uma esteira de junco e uma coberta leve. Quem conservou sua coberta do Rio, utilizou-a, mais o manto para improvisar uma cama. O pior eram os insetos. Pulgas e mais pulgas! Especialmente judiadas estavam a 1ª e 2ª baterias junto do rio. Para nos defendermos um pouco da praga, surgiu a idéia de se fazer um saco do lençol, meter-se nele à noite e amarrá-lo próximo ao queixo. Assim estávamos de certa maneira protegidos. A casa não podia ser lavada porque não era assoalhada.

As condições de sobrevivência reveladas por Lenz demonstram, mais uma vez, que os imigrantes europeus no século XIX, ao chegarem ao Brasil, seja na condição de mercenários, seja na de colonos com suas famílias para trabalhar na terra, encontraram uma realidade diversa daquela prometida e que servia de atração para seduzi-los. Ao tocarem o nosso solo, os sonhos se desfizeram e as promessas de abundância se transformaram numa dura realidade de pobreza, num território inóspito e desconhecido.

A viagem para Montevidéu

Ainda em conformidade com as memórias de Lenz (1997, p. 22):

Após dois dias de viagem cheia de privações, atingimos Montevidéu. Para alojamento mostraram-nos as instalações abandonadas de um grande matadouro, pois

as demais acomodações disponíveis já estavam ocupadas pela Infantaria brasileira e pelos sapadores alemães. O pagamento de nossa etapa foi feito nos grandes *kupfermützen*, moeda prussiana, bastante mais pesada que a brasileira. Dinheiro, pois, possuíamos, mas não havia ninguém para nos vender comida. Só ao anoitecer apareceram alguns civis, oferecendo por bom dinheiro pão e queijo. Felizmente auxiliaram-nos os soldados brasileiros e os sapadores com as sobras de sua carne crua. Seis dias acampamos nessa quinta, sem barracas, ao desabrigo e sobre a terra crua.

Esses dissabores pelas quais passaram os soldados alemães foram determinantes para que um expressivo número deles desertasse, outros ficaram “loucos” ou fizeram do suicídio um ato de libertação de uma forma de miséria em um continente estranho e numa guerra que não mostrava sua face.

O final da guerra e a dispersão

Continua a crônica de Frederico Michaelsen:

Meu primeiro emprego assumi no final de 1852, em “quatro colônias”, perto de Campo Bom. Ali trabalhei como professor e ao mesmo tempo como trabalhador rural durante seis meses. Recebi em pagamento por todo esse tempo; “um bolivian”⁶ (moeda de 800 réis) uma capa de chuva, uma camisa e uma calça (ambas tecidas na própria colônia), um chapéu de palha estilo calabrés e um par de tamancos. Com esse equipamento mais parecia um condenado as galés do que um professor!

Apresentei-me ao “pai dos Brummers”, o Sr. J. Felter, em Campo Bom, que costumava socorrer os “Brummers” sem pátria. Aqui encontrei imediatamente uma “brilhante” função, ganhando quatro Mil réis por mês! Minhas funções eram as seguintes: pela manhã abrir as

⁶ Cfe. Dicionário Aurélio, moeda boliviana, de prata, que circulou no RS.

covas onde eram curtidos os couros (Felter tinha um curtume junto da casa de negócios), moer cascas para fazer tanino, algumas vezes trabalhar na roça, e finalmente submeter-me a todos os serviços domésticos. A tarde lecionava para as crianças e à noite colocava em ordem a contabilidade e as anotações diárias da casa de negócios. Estas obrigações cumpri durante oito meses, mas durante todo esse tempo não consegui economizar nada! Além de tudo, não era respeitado pelas mocinhas... Não poucas vezes era obrigado a escutar, nos bailes, quando uma daquelas belas era convidada a dançar com um “Brummer”:

- Eu não danço com mercenários...

A pouca simpatia da população para com os Brummers

Seguindo o relato de Lenz (1997, p. 41):

Já comentei que os Brummers de uma maneira geral não gozavam da simpatia de lusos e teuto-brasileiros, o que era bem compreensível. Quando o Sr. Koseritz usou a expressão de que os Brummers eram o fermento da população alemã no Rio Grande do Sul, isto era apenas uma maneira de se expressar e, ao menos naqueles tempos, ninguém podia dar crédito, porque muitos Brummer eram tudo menos eleitos de seu povo. Havia entre eles muitos capazes, mas é de duvidar que eles tenham colaborado efetivamente para o progresso da germanidade. Se uma dúzia ou mais foram professores nas colônias, fizeram-no para sobreviver e na primeira oportunidade em que aparecia algo melhor, davam as costas ao magistério. Só um número muito pequeno de Brummer, como o velho e já falecido Michaelsen, em Nova Petrópolis, persistiu na profissão de professor e nela prestou bons serviços.

A contribuição dos Brummer para a Educação

Michaelsen (1995, p. 39) destaca a importância que os soldados Brummer, que aqui chegaram com um bom nível de instrução trazidos da Alemanha, tiveram para com a educação na região colonial. “Em 1872 Carl von Koseritz observou que mais da metade dos professores das colônias alemãs eram Brummer e foram eles que educaram muitos teuto-brasileiros, que tiveram atuação destacada na vida gaúcha, no período de 1872 até 1920.”

Entre estes mestres se destacam Koseritz e Wichmann, em Pelotas; Michaelsen e Oye, em Nova Petrópolis; Roche, em Campo Bom; Jurgensen, em Mundo Novo; Emílio Meyer, em Novo Hamburgo; todas cidades do Rio Grande do Sul.

Kreutz (2003, p. 163), citando o jornal *Deutsches Volksblatt* que, em edição de 19 de janeiro de 1922, faz referência à formação cultural dos Brummer, afirma que além de dominarem diferentes línguas, contribuíram substancialmente para o associativismo, a difusão da imprensa e a participação política com idéias e posições precisas sobre a organização econômico-social e política, formando, com isso, uma elite intelectual entre os imigrantes alemães que, ao se destacarem nos concursos para professor estadual, promoviam a melhoria do magistério na época. Ainda conforme Kreutz (idem, ibidem), “Por volta de 1870, mais da metade dos professores na colônia era Brummer.”

No ano de 1853 casei e decidi fundar minha escola, por conta própria. Inicialmente tinha nove alunos e mais tarde treze. Entre estes o futuro profeta e médico milagroso J. Maurer, esposo da famosa Jacobina. Consegui elevar os meus rendimentos de 500 réis para 6.500 réis mensais. Naquele cargo privilegiado acabei adquirindo um cavalo por 12 Mil réis. Lamentavelmente o pobre animal tinha um olho só e rengo de uma perna.

João Jorge Maurer, citado por Costa (2004, p.115), diz que:

Um colono analfabeto que um dia afirmou ter ouvido vozes celestiais que o aconselharam a curar seus semelhantes. Ex-auxiliar de curandeiro João Jorge se tornou famoso na região como o “wunderdoktor” doutor maravilhoso. Jacobina Maurer, sua mulher, era acometida por crises de ausência, sonambulismo e ataques do tipo epilético, sintomas associados na colônia à capacidade de curar.

Essas curas levaram à formação de um grande grupo de seguidores composto de mais de 700 pessoas, moradores no morro Ferrabrás, no atual município de Sapiranga/RS, que passaram a ser conhecidos como Mucker ou, na memória local, um grupo de fanáticos. Criaram uma espécie de comunidade isolada e, devido a uma forma própria de viver que não seguiam nem o protestantismo nem o catolicismo, religiões através das quais a colônia alemã se dividia, passaram a ser hostilizados pela população. Esse grupo, em 1873, passou a ser liderado por Jacobina, acabando por serem mortos num combate que reuniu colonos e soldados.

Continua a crônica de Frederico Michaelsen:

No dia 1º de maio de 1854 assumi como professor na Linha Hortêncio, conhecida como ‘Picada dos Portugueses’. Ali eu assinei um contrato por quatro anos, recebendo a moradia e terras para plantar, além disso um salário fixo de dez Mil réis mensais.

Devia lecionar para todas as crianças da comunidade cujo número oscilava entre 30 e 40. Estas davam suas contribuições mensais em moedinhas que somavam 13, 14 ou 15 Mil réis.

Além das minhas tarefas como professor estava ao meu encargo o serviço da Igreja nos domingos quando o pastor estivesse ausente. Este vinha de São Leopoldo, cada três meses. Eu presidia as devoções, fazia as leituras bíblicas e a leitura dos sermões além de iniciar os cânticos da comunidade. Por esse trabalho recebia 20 Mil réis por ano e de cada membro da comunidade uma ‘quarta’ de

feijão preto⁷ e duas quartas de milho, in natura. Renda extra: numa festa de noivado recebi ‘uma pataca’⁸ para fazer o discurso oficial, além de ter o direito de comer e principalmente beber à vontade! Mas a minha bagagem espiritual! Levei vazia para casa. (Michaelsen mencionou “sacola espiritual” do que o leitor pode deduzir que nada aprendeu de importante naquela festa de modo a levá-la vazia para casa.)

No dia 1º de maio de 1858 este contrato brilhante chegou ao final. Sua renovação por mais quatro anos significou um aumento de dois Mil réis mensais de modo que passei a receber doze Mil réis fixos, e anualmente de cada associado o dobro em produtos agrícolas: 2 quartas de feijão preto e 4 quartas de milho, mas tive que assumir o compromisso de conseguir prédicas novas pois as antigas estavam muito maçantes!

Naquele período aconteceu a fundação de Nova Petrópolis (1858) e os imigrantes que vinham da Pomerânea, Saxônia e França ficavam retidos em “Linha do Hortêncio”, pois não podiam tomar posse imediatamente das suas terras. Se os novos colonos tivessem algum dinheiro eu teria feito bons negócios, pois morriam em grande número, principalmente as crianças, e como não havia pastor no local o professor atendia aquelas funções. Mas pela graça de Deus todos aqueles foram entregues à terra. (Nota: Frederico Michaelsen presidia os enterros gratuitamente, pois os colonos eram muito pobres.)

Nova Petrópolis – A fundação da colônia

A fundação da colônia de Nova Petrópolis ocorreu em 7 de setembro de 1858, pelo presidente da Província do Rio Grande

⁷ Cfe. Dicionário Aurélio, uma medida inglesa de capacidade equivalente a 1,136 litro.

⁸ Moeda antiga de prata, no valor de 320 réis.

do Sul, Conselheiro Ângelo Muniz Ferraz, voltada ao assentamento de colonos alemães.

Piccolo em *Contribuição para a História de Nova Petrópolis* (1989, p. 50), ao analisar os relatórios periodicamente apresentados ao governador da província, “o relatório apresentado por Ângelo Muniz Ferraz à Assembléia Provincial na sua 1ª sessão de 1858, em 5 de novembro, é o melhor documento para esclarecer as circunstâncias que determinaram a fundação de Nova Petrópolis”. Transcrição de parte do referido relatório:

Achei reunidos muitos elementos para a prosperidade dessa nova colônia, inclusive a melhor estrada de rodagem que a natureza pode oferecer em terrenos de serra. As águas são permanentes, cristalinas e abundantes; os terrenos de uma fertilidade assombrosa; os matos frondosos e ricos de madeiras, e com seus tabuleiros convenientemente inclinados para receberem todos os instrumentos aratórios. Em virtude disto, criei aí uma colônia e mandei medir nesse lugar prazos coloniais e pela sua posição e configuração de seu terreno a denominei ‘Nova Petrópolis’. No dia 7 de setembro do corrente ano, sua instalação teve lugar. Para ali tenho encaminhado, por várias vezes, 273 colonos sendo 158 homens e mulheres 115.

Os colonos

Segundo o estudo de Piccolo (1989, p. 54):

Os primeiros imigrantes de Nova Petrópolis (de 1858 a 1859) foram na sua grande maioria originários da Pomerânia, província da Prússia. Eram lavradores e professavam a religião protestante (luteranos). Com os pomeranos também vieram colonos provenientes da Saxônia, em sua maioria igualmente lavradores e protestantes. Em menor escala, vieram lavradores de diversas procedências tanto protestantes como católicos das províncias renanas da Prússia e Baviera; do Grão-

ducado de Baden; Grão-ducado de Hessen; da Alsácia e Silésia.

Continua a crônica de Frederico Michaelsen:

Em 1862 assumi a escola na Linha Nova onde também recebi moradia e terras para plantar, 500 réis por cada aluno, eram 40 a 50. No dia 08 de janeiro de 1867 assinei meu primeiro contrato oficial como professor em Nova Petrópolis com o falecido Dr. José da Silva Flores que na época era Diretor Geral do Ensino. Recebi 50 Mil réis por mês. Este contrato foi renovado por duas vezes, cada vês com a duração de um ano.

Ainda sobre a educação em Nova Petrópolis

Buscando complementar os dados sobre os primeiros anos da formação do sistema de ensino de Nova Petrópolis, o relato de Piccolo (1989, p. 82) registra que:

A 2 de setembro de 1864, o diretor da colônia de Nova Petrópolis (Frederico Guilherme Bartholomay) informava que nas linhas Olinda e Imperial havia nada menos do que 104 menores, de ambos os sexos, necessitados de instrução primária. Pedia, então que fossem estendidos a Nova Petrópolis os benefícios da Lei 579, de 17 de maio de 1864, que autorizava a presidência da Província a contratar professores particulares para ensinarem as primeiras letras dentro das colônias provinciais. Em 14 de setembro enviava nova relação de menores necessitados de instrução primária; eram 84, de ambos os sexos, das linhas Christina, Sebastopol, Pirajá e Barros Pimentel.

Ainda no texto de Piccolo (1989, p. 98) encontra-se:

Em 1870 o relatório do Presidente João Sertório registrava que a colônia possuía apenas duas aulas subvencionadas, uma na povoação, cujo professor era

Frederico Michaelsen, e outra na Linha Sebastopol, cujo professor era Augusto Muxfeld. Existiam mais duas aulas particulares, uma na Linha Imperial e outra na Linha Pirajá em estado lastimoso. Os moradores das demais linhas pediam a criação de outras aulas públicas. Em 1873, a primeiro de março, o presidente Dr. João Pedro Carvalho de Moraes, falando na abertura da 1ª sessão da 15ª legislatura, dava o seguinte quadro da Colônia de Nova Petrópolis: Quanto a instrução primária pública, havia 36 alunos na aula criada na povoação, 28 alunos na aula na Linha Sebastopol e 31 alunos em aula da linha Olinda. Todas essas aulas foram criadas por Lei Provincial nº 771, de 4 de maio de 1871.

As terras de Michaelsen

Dando continuidade ao texto de Piccolo (1989, p. 62):

Pelo cadastro pode-se perfeitamente verificar que muitos colonos receberam menos e outros mais de 100.000 braças quadradas como prescrevia a lei. Os prazos⁹ eram desiguais, não só em áreas como em qualidade. Um mesmo prazo podia ter partes boas e partes ruins. E nem sempre a área pequena e a má qualidade do terreno foram supridas com outras concessões. Na Linha Povoação o maior foi o de nº 5, com 100.500 braças quadradas, distribuído, em 1863, a Frederico Guilherme Bartholomay, que pagou o valor no prazo e vendeu-o, em 1866, ao professor Frederico Michaelsen, natural de Hamburgo, protestante.

A condição de proprietário rural foi determinante para que Frederico Michaelsen tenha fixado raízes na colônia de Nova Petrópolis e lá prestado serviços à comunidade. É nessa mesma

⁹ O estudo mais detalhado sobre o Projeto de Restauração Católica estudado na Tese de Doutorado do professor Lúcio Kreutz se encontra no capítulo 6 - *O professor paroquial católico teuto-brasileiro: função religiosa, sociocultural e política* (2003, p. 157 a 192).

região que se encontra a maioria de seus descendentes, muitos deles ainda na condição de pequenos proprietários, praticando a agricultura no interior do município.

A trajetória como professor de escola pública

Os primeiros contratos do professor Frederico foram com a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul – Município de São Leopoldo e Distrito de Porto dos Guimarães – São Sebastião do Caí, para a cadeira de Nova Petrópolis. Os dados que seguem foram coletados pela Escola Estadual Padre Werner, Nova Petrópolis, e disponibilizados para a pesquisa de Michaelsen (1995, p. 85), cuja fonte é o Inventário de códices da Instrução Pública – I-86; Arquivo Histórico de Porto Alegre – página 65. A Escola da Povoação de Nova Petrópolis foi criada pela Lei 771, de 04 de maio de 1871.

Frederico Michaelsen foi nomeado através de portaria da Presidência, em 20 de outubro de 1876, para interinamente reger essa cadeira. Entrou em exercício a 8 de janeiro de 1871, por despacho do Diretor Geral. Removido para a cadeira de Colônia Santo Ângelo na Cachoeira, pelo ato de 20 de fevereiro de 1882, e restabelecida pela Lei nº 1461, de 30 de abril de 1884.

1876; Naquele ano todos os contratos foram cancelados e eu fiz um exame como normalista e fui contratado novamente para o mesmo cargo, no mesmo lugar. Lecionei por 10 anos como professor interino, com 80 Mil réis mensais.

Neste cargo permaneci até a Proclamação da República em 1889 quando recebi o título de efetivo, com 100 Mil réis.

Por ato de 10 de julho de 1891 tornou-se efetivo no magistério.

Em 1891 recebi um abono por 25 anos de serviço, de 25%, chegando então a 125 Mil réis mensais. No ano de 1894 os salários dos professores foram aumentados e passei a receber 170 Mil réis mensais.

Por ato de 3 de setembro de 1895 reverteu para a sede de Nova Petrópolis. Em 5 de outubro de 1895 foi-lhe mandado abonar a gratificação correspondente a uma parte de seus vencimentos, por ter completado 25 anos de efetivo serviço no magistério.

A importância da escola e do professor numa comunidade colonial alemã

Rambo (2003, p. 69) faz referência à escola na colônia alemã como um dos instrumentos para a sustentabilidade dos valores culturais e religiosos. Conforme o autor, “em todos os núcleos coloniais cuidou-se, então, desde o início, de fundamentar a escola e a educação em bases sólidas.”

A participação comunitária era imprescindível para a construção, instalação e consolidação da escola. A comunidade deveria estar presente e participando ativamente em todos os momentos da vida escolar.

Ainda, segundo Rambo (ibidem), “dentre os membros da comunidade escolar elegia-se a diretoria da escola (Schulvorstand). Composta de poucas pessoas, a diretoria encarregava-se diretamente da construção do prédio da escola; preocupava-se também com a instalação interna e com o material didático.”

Outro papel importante no encargo da diretoria era a seleção do professor. Objetivando a sua integração à comunidade, oportunizava-lhe, além da remuneração, casa e terra para trabalhar com sua família. Em contrapartida, essa mesma diretoria fiscalizava seu desempenho profissional e sua conduta social. Dessa forma, mantinham junto à escola, além do espírito comunitário, o controle sobre o modelo educacional a que se

propunham, perpetuando valores fundamentais para a consolidação da cultura transplantada.

Rambo (2003, p. 70.) se refere à escola como fator de orgulho para as comunidades:

A quase obsessão dos colonizadores alemães pela escola ultrapassou em muito o simples dado de poder contar com uma. Transformaram-na no elemento estratégico fundamental, capaz de garantir-lhes a sobrevivência e o progresso. Na escola encontravam a fórmula pela qual terminariam por se firmar, em definitivo, como cidadãos brasileiros.

Quanto à atividade docente, esta consistia, além dos ensinamentos da língua e de uma aritmética centrada em necessidades das práticas no cotidiano, básicas para o gerenciamento da vida produtiva nas colônias, na transmissão dos valores religiosos e a continuidade dos valores culturais essenciais na construção da cidadania. A disciplina era uma premissa para a consolidação dos princípios éticos e morais, tanto no campo familiar quanto no social. Mesmo havendo sistemas educacionais diferenciados entre as comunidades evangélicas e católicas, a convivência social nas colônias cultivava os mesmos valores. Tanto o professor paroquial católico como o professor comunitário estavam submetidos ao mesmo controle ético e o saber ler era uma exigência fundamental para a prática religiosa entre a comunidade protestante.

A presença constante desses valores na vida comunitária é reforçada por Rambo. Para o autor (2003, p. 71),

alertava-se para o fato de que uma comunidade ou uma família somente podem funcionar corretamente quando há respeito mútuo, quando são observados os limites dos direitos e deveres, e à autoridade se reconhece o seu lugar legítimo.

Nas antigas colônias alemãs, freqüentemente encontram-se modelos distintos de escolas, segundo a vinculação a uma crença religiosa específica. Como nas áreas coloniais havia a presença de colonos, tanto católicos como luteranos, as escolas, portanto, seguiam os moldes ditados pela hierarquia religiosa e serviam de instrumento da consolidação e continuidade da vinculação religiosa trazida da Europa.

Lúcio Kreutz (2003, p. 157), ao estudar o papel do professor paroquial na comunidade teuto-brasileira vinculada à Igreja Católica Romana, cuja presença era imprescindível na estrutura e organização social e política da comunidade, afirma que cabia ao professor um papel típico nas comunidades coloniais:

As funções do professor paroquial junto às comunidades rurais católicas teuto-brasileiras do Rio Grande do Sul (RS) eram muito mais amplas e diversificadas do que as meramente docentes e restritas à escola. Ele foi um elemento de unificação, um agente de síntese e promoção das percepções do grupo humano no qual se inseria ativamente seja no campo social, político, religioso ou cultural.

No desempenho dessa função, conforme o local onde ela se concretizava, o professor recebia diferentes denominações, porém todos com marcante identidade comunitária. No estudo de Kreutz (2003, p. 161), encontram-se expressões dadas a essa mesma figura: “professor paroquial” ou *Pharrschulleherer*. Entre elas, “professor comunitário” ou *Gemeindelehrer*; “professor colonial” ou *Kolonieleher*; “professor de picada” ou *Pikadenschullehrer*. Esse mesmo estudo define o termo “colônia alemã” como um conjunto de núcleos comunitários rurais estruturados e habitados por imigrantes provindos da Alemanha e seus descendentes.

Para Kreutz (2003), compreender o papel destinado a esse professor remete à compreensão do projeto de Restauração Católica Regional, coordenado pelos padres jesuítas alemães que,

por meio dos professores, visavam dinamizar nas comunidades rurais a formação e animação religiosa e cultural⁹.

Quanto às comunidades luteranas, Walter Koch (2003) examina a escola comunitária evangélica sob o prisma de um contexto social específico num ambiente novo – a colônia. Segundo o autor, as escolas alemãs seguiam modelos distintos e eram conhecidas como “escolas evangélicas”. Para efeito desse estudo, o foco incidirá sobre o modelo comunitário que consiste numa estrutura de vida em comunidade, fundamental nas áreas coloniais para assegurar uma educação cristã-evangélica aos filhos de seus seguidores.

Afirma Koch (2003, p. 193):

Foram elas as primeiras a surgir, na falta de um sistema educacional oficial suficientemente abrangente, oferecendo de início apenas o ensino fundamental. Eram as *Gemeindeschulen*, nas quais freqüentemente o pastor era o único professor. Quando a comunidade não tinha o pastor próprio, recorria-se à contratação de qualquer pessoa, mais ou menos habilitada para o cargo.

Michaelsen descreve em sua carta, como foi citado anteriormente, o seu exercício em algumas das funções religiosas na falta do pastor e se deduz que, devido a sua vinculação à Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, o modelo de escola a que servia, mesmo sendo professor de ensino público, seguia a tradição evangélica, tendo a comunidade como base de sustentação.

E assim termina a crônica de Michaelsen:

Quem tiver vontade e persistência suficiente, pode imitar-me.

Nova Petrópolis, 30 de junho de 1898

Frederico Michaelsen

Hoje, na cidade de Nova Petrópolis/RS, passados 106 anos do falecimento do professor Frederico, o nome Michaelsen

continua sendo uma referência. Entre as homenagens que lhe foram prestadas, destacam-se nomes de avenida e de escola. Seu túmulo está localizado no Parque do Imigrante, junto a uma réplica de aldeia alemã do início da colonização e da primeira igreja protestante (Luterana) erguida na colônia. São inúmeros os seus descendentes, destacados na política, no comércio, na educação, na cultura, na agricultura, no jornalismo e em serviços reconhecidos pela contribuição dada à história e à sociedade local.

Referências

FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda. *Novo Aurélio século XXI: o dicionário da Língua Portuguesa*. São Paulo: Nova Fronteira, 2000.

FLORES, HILDA. Prefácio. In: *Memórias de Brummer*. Porto Alegre: EST, 1997.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

KOCH, Walter. A escola evangélica teuto-brasileira. In: *Etnia e Educação: a escola “alemã” do Brasil e estudos congêneres*. Florianópolis: Ed. da UFSC; Tubarão: Editora Unisul, 2003.

KREUTZ, Lúcio. O professor paroquial católico teuto-brasileiro: função religiosa, sociocultural e política. In: *Etnia e Educação: a escola “alemã” do Brasil e estudos congêneres*. Florianópolis: Ed. da UFSC; Tubarão: Editora Unisul, 2003.

KREUTZ, Lúcio. *Magistério e imigração alemã: 1995*. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1985.

LENZ, Cristóvão; SCHAFFER, Henrique; SCHNACK, Jorge Júlio. *Memórias de Brummer*. Porto Alegre: EST, 1997.

MICHAELSEN, Ido Inácio. *Família Michaelsen no Sul do Brasil*. Nova Petrópolis, RS: Editora Amstad, 1995.

PICCOLO, Helga L. Langraf. *Contribuições para a história de Nova Petrópolis*. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 1989.

RAMBO, Arthur Blasio. O teuto-brasileiro e sua identidade. In: *Etnia e Educação: a escola "alemã" do Brasil e estudos congêneres*. Florianópolis: Ed. da UFSC; Tubarão: Editora Unisul, 2003.

SCH, A. Memórias e vivências de um velho Brummer - pelos 60 anos da chegada de legião alemã ao RS. Introdução. In: *Memórias de Brummer*. Porto Alegre: EST, 1997.

SCHMITZ, Arsênio José Pe. *Uma nova imagem para Nova Petrópolis*. São Leopoldo, RS: Publicação do Autor, 1975.

SEIBT, Renato U. Nova Petrópolis, RS. *Jornal A Ponte*, nov. 1987. (Tradução de texto Publicado no Deustdche Zeitung, N° 52, em 01.07.1889).

Luiz Alberto de Souza Marques é doutor em Educação e atualmente é professor da Universidade do Sul de Santa Catarina - Unisul/SC. E-mail: luiz.marques@unisul.br.

Recebido em: 10/12/2008

Aceito em: 20/12/2009